

HABEAS CORPUS Nº 548.470 - SC (2019/0356442-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : ALEX BLASCHKE ROMITO DE ALMEIDA
ADVOGADO : ALEX BLASCHKE ROMITO DE ALMEIDA - SC0020149
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : NILSON PEREIRA GUIMARÃES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **NILSON PEREIRA GUIMARÃES**, onde aponta como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções indeferiu o pleito do paciente de concessão de prisão domiciliar humanitária com fulcro no art. 117 da Lei de Execução Penal (fls. 15-16).

Irresignada, a Defesa ajuizou o prévio **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, que não conheceu do **writ**, conforme v. acórdão de fls. 21-28 assim ementado:

"HABEAS CORPUS (CRIMINAL). EXECUÇÃO PENAL.

IRRESIGNAÇÃO CONTRA DECISÃO JUDICIAL QUE, POR DETERMINAÇÃO DESTA CORTE EM HABEAS CORPUS, REAPRECIOU O PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR FORMULADO PELO PACIENTE, MANTENDO O INDEFERIMENTO EM DECORRÊNCIA DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

VIA ELEITA INADEQUADA PARA O DEBATE DE MATÉRIAS QUE DIZEM RESPEITO À EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA QUE DESAFIA RECURSO DE AGRAVO (ART. 197 DA LEP). DE MAIS A MAIS, JUÍZO QUE MOTIVOU O INDEFERIMENTO DA BENESSE COM ESPEQUE EM RECENTE RELATÓRIO MÉDICO QUE CONSIGNOU QUE O APENADO VEM RECEBENDO O TRATAMENTO DIÁRIO DE QUE NECESSITA NO INTERIOR DA UNIDADE PRISIONAL. RESSALVA DE QUE HAVENDO PIORA CLÍNICA DEVERÁ SER IMEDIATAMENTE CONDUZIDO À INTERNAÇÃO HOSPITALAR. AINDA, MENÇÃO

ACERCA DO RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA, CASO CONCEDIDA NOVAMENTE A BENESSE. PACIENTE QUE CUMPRIA PENA EM PRISÃO DOMICILIAR QUANDO TORNOU A DELINQUIR, OPERANDO O TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE A PERMITIR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

WRIT NÃO CONHECIDO."

No presente **mandamus**, alega ausência de fundamentação para o indeferimento do pleito de concessão de prisão domiciliar ao paciente.

Assevera que *"o paciente está acometido de diversas doenças, entre elas a diabetes mellitus, tipo II e, ainda, hipertensão arterial, situação esta que, conforme dois pareceres médicos, torna o seu recolhimento na casa prisional inviável e, ainda, põe a sua vida sob o risco eminente de morte"* (fl. 5).

Requer, por fim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, *"determinando que seja concedido, ao Paciente, o direito de cumprir a pena em regime domiciliar"* (fl. 9).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição sumária**, verifica-se que o pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo, devendo ser oportunamente analisado, após devida instrução dos autos.

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada por coatora e ao d. Juízo das Execuções.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator